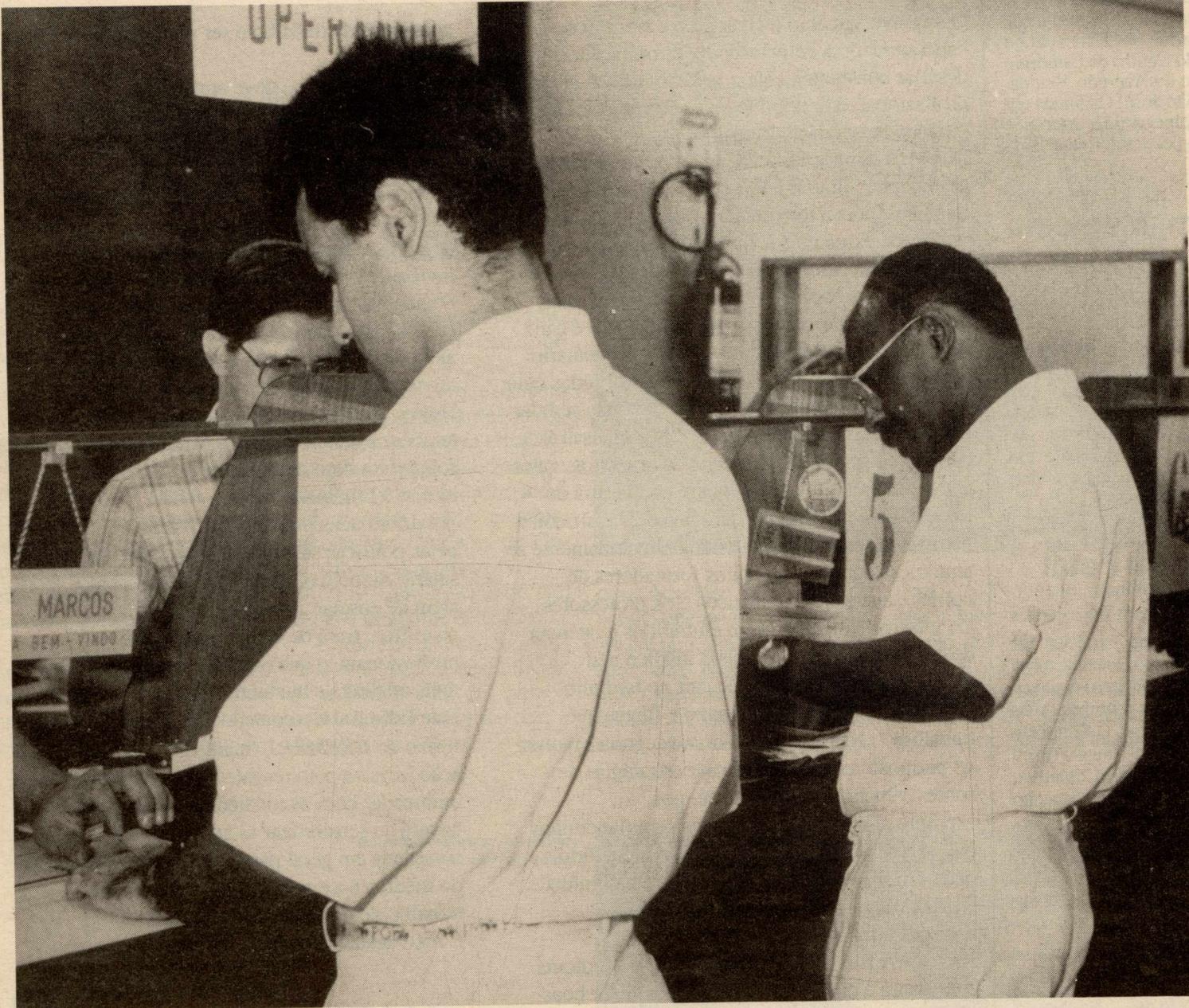


Alberto Jacob



Os salários de profissionais da área médica no Brasil estão mais que desanimadores. Isso não é de agora, como também não é de agora a sensação de que há um evidente descaso do Poder Público em corrigir essa distorção. O perigo mora aí. Mal remunerados, os médicos se multiplicam em diversos empregos ocupando um tempo que deveriam empregar em estudos e reciclagem profissional. Sacrificam, assim, a vida pessoal e profissional na busca de um padrão apenas razoável de vida. E pior, ao se envolverem com muitas atividades, acabam não se dedicando como gostariam a nenhuma delas. Daí as reclamações de mau atendimento, daí a maior ocorrência de erros, daí o desânimo e a insatisfação.

O *Jornal do CREMERJ* procura nessa edição dar a real dimensão desse problema. Mostra as absurdas diferenças salariais entre os médicos de um município e os de outro, ou entre quem trabalha para o governo estadual e quem se emprega no governo federal. A reportagem, que ocupa as quatro páginas centrais, vai além. Gráficos demonstram o custo de formação e manutenção do saber médico - das mensalidades das faculdades de Medicina ao preço da assinatura de revistas médicas - e tomam patente a necessidade de uma revisão urgente dos pisos profissionais vigentes no País.

SALÁRIOS ENTRAM EM COMA

Baixos salários impedem o aperfeiçoamento profissional e multiplicam as jornadas de trabalho

Adib vem ao Rio

O Ministro da Saúde, Adib Jatene, esteve reunido com os secretários da Saúde do Estado, para discutir a crise no Sistema Único de Saúde. O sucateamento das unidades hospitalares foi uma das principais reclamações dos secretários, que lutam por melhorias através de sua entidade, o Consems..... (Pág. 3)

Saúde em mente

A falta de programas assistenciais eficientes para o tratamento dos doentes mentais vem transformando os hospitais psiquiátricos em verdadeiros depósitos humanos. Estes e outros problemas do setor foram discutidos no I Encontro de Saúde Mental de Petrópolis..... (Pág. 4)

Crise no HUAP

Representantes dos Conselhos Regionais de Profissionais de Saúde voltaram, depois de um ano, a vistoriar o Hospital Universitário Antônio Pedro e concluíram que a situação da unidade continua a mesma. Falta pessoal e espaço físico e as condições de atendimento são precárias..... (Pág. 10)

Furo no Fertilub

As agulhas usadas pelos hospitais estão dificultando a produção do adubo da Comlurb - o Fertilub. A companhia procurou o CREMERJ e outros Conselhos de saúde para iniciar um programa de coleta seletiva do produto, a fim de garantir o sucesso da reciclagem do lixo..... (Pág. 11)

AGENDA

X Encontro de Perinatologia de Duque de Caxias

No dia 24 de outubro, a Câmara Municipal de Duque de Caxias abre as suas portas para o X Encontro de Perinatologia do município. Serão apresentados os resultados científicos do Programa de Educação e Atualização Médica Continuada, do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Ricardo Augusto de Azeredo Vianna, da Casa de Saúde e Maternidade São José. Os temas em destaque são a prematuridade e hipertensão arterial e gravidez. Inscrições e informações pelos telefones: 771-1933 e 771-8710.

Pós-Graduação em Medicina Desportiva

A Associação de Hospitais do Estado do Rio de Janeiro (AHER) e o Departamento de Cursos da Escola de Administração em Saúde estão com inscrições abertas para os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Medicina Desportiva. São 520 horas/aula de acordo com a Resolução 12/83 CFE. No programa, opções variadas, que vão desde a fisiologia do esforço ao marketing na área desportiva, com profissionais especializados. Os interessados devem procurar a AHER - Rua dos Andradas, nº 96, 5º andar, Centro, Rj, Tels: (021) 253-1009 e 253-0546.

Simpósio de Medicina Fetal em nova data

O I Simpósio Internacional de Medicina Fetal vai ser realizado nos dias 20 e 21 de novembro, no Hotel Bucsky-Mar, em Niterói. Havíamos publicado na última edição do Jornal que seria nos dias 23 e 24 de outubro, mas aproveitamos a oportunidade para retificar. O Simpósio vai contar com as presenças do Doutor Ilan Timor-Tritsch e Doutora Ana Monteagudo da Universidade de Colúmbia, Nova Iorque, entre outros especialistas do mais alto conceito e projeção em Medicina Fetal. As reservas de inscrições estão abertas e podem ser feitas na Rua Doutor Borman, 43, conj. 1103 e 1104, no centro de Niterói, ou pelos telefones (021) 722-2206 e fax (021) 717-8464.

Formandos de 1972 comemoram

TURMA 1972 - MEDICINA - UFRJ
Convocamos os colegas a participar das comemorações de 20 anos de formatura a serem realizadas em novembro próximo. Maiores informações, favor contactar: Eliana Márcia, tel. (021) 295-3270 (res.) ou Wania Mara (021) 295-2131 ou Luiz Cláudio (021) 240-3205 (com.)

Fórum no México

O 5º Fórum Latino Americano de Angiofluorescência Ocular e Laser em Oftalmologia será realizado nos dias 16, 17 e 18 de julho, em Cacun, no México. Os convidados especiais, presentes ao Fórum, serão Lee Jampol (Chicago, USA), Loran Singerman (Cleveland, USA) e Robert Murphy (Baltimore, USA). O Brasil vai ser representado pelos doutores Suel Abujamra, Christiano Barsante, João Holanda de Freitas e Marcos Ávila.

Os principais assuntos a serem discutidos vão ser os tipos de laser, membranas neovasculares sub-retinianas, fotocoagulação e anomalias vasculares primárias, interpretação angiográfica, síndrome de manchas brancas, anomalias vasculares periféricas, atualidade do laser yag e despigmentação do epitélio pigmentado da retina. Outras informações podem ser obtidas com o Doutor Christiano Barsante, no Instituto Hilton Rocha, pelo telefone (031) 221-4255 R-217 ou por fax (031) 225-1066. O endereço do Instituto é: Avenida Anel da Serra, 1355, Mangabeiras, Belo Horizonte, Minas Gerais.

EDITORIAL

Salário também é ética

O desenvolvimento tecnológico e científico, superajuntado à velocidade da informação, está a desafiar constantemente o médico, na sua atuação profissional, exigindo-lhe que se torne contemporâneo de seu próprio tempo.

Desde os tempos de acadêmico, o futuro médico se encontra, em tempo integral, impedido de trabalhar, pois a torrente de informações que lhe é repassada exige que, além de assistência às aulas, imponha um ritmo de estudo para que possa ser aprovado nas cadeiras ministradas. Mesmo nas escolas gratuitas o custo do curso médico é caro, pois além de condução, alimentação e vestuário adequado, verbas apreciáveis são consumidas com livros e materiais didáticos. Isto, para não se falar nas escolas particulares, onde hoje a mensalidade do curso ultrapassa um milhão de cruzeiros, valor que, como médico, dificilmente conseguirá de salário. Este aviltamento salarial se intensificou a partir da ditadura militar, onde deliberadamente se tentou esvaziar os segmentos formadores de opinião, entre eles os médicos e os professores. Os míseros salários trazem embutidos a latência de descaminhos éticos, pois o médico mal remunerado corre o risco de cair no binômio perverso do "finjo que te pago e finges que trabalhas". Nessas condições a categoria ingressa no perigoso terreno de elaborar estratégias de sobrevivência, equiparando-se, por exemplo, algumas vezes, a camelôs e flanelinhas que exercem suas atividades em um território onde dificilmente penetram a ética e a dignidade. Diz o Código de Ética Médica, nos seus artigos 3º e 5º:

Art. 3º - A fim de que possa exercer a Medicina com honra e dignidade, o médico deve ter boas

condições de trabalho e ser remunerado de forma justa.

Art. 5º - O médico deve aprimorar continuamente seus conhecimentos e usar o melhor do progresso científico em benefício do paciente.

É evidente que com este salário indigno torna-se difícil a atualização, já que esta exige a aquisição de livros e periódicos a preços dolarizados, o que inviabiliza qualquer possibilidade de atualização. Se não bastasse isso, a necessidade de frequentar cursos, para conhecimento de novas técnicas, além de custoso impõe o afastamento de atividades remuneradas do profissional. Hoje é nítida a consciência de que salário também é ética. Ética para se atualizar, ética para sobreviver com dignidade e ética para se ter o direito à felicidade.

As autoridades públicas e privadas, responsáveis pelas políticas salariais, têm que entender que o salário digno é o menor dos investimentos, pois além de ensejar um aprimoramento técnico e científico, trará de volta a satisfação dos profissionais, o que resultará num atendimento mais eficiente e humano.

Este Editorial e o conteúdo deste número do Jornal do CREMERJ, marcam o início de uma ação incisiva pelo resgate da dignidade salarial, e ombreada com os médicos nossa entidade haverá de sensibilizar as autoridades e a sociedade em geral para que reconheçam o valor do médico e a vantagem em retribuir seu trabalho de maneira justa e digna.

É incontestável que salário também é ética.

A Diretoria

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA: Presidente - Laerte Andrade Vaz de Melo. Vice-Presidente - Maria Thereza Guimarães Palacios. Primeiro Secretário - Franklin Rubinstein. Segundo Secretário - José Eberienos Assad. Tesoureiro - Jorge Farha.

CONSELHEIROS: Acrycio Peixoto de Souza Filho, Alexandre Marcos Mocaiber Cardoso, Aloísio Tibiriçá Miranda, Amâncio Paulino de Carvalho, Ana Maria Cantalice Lipke, Antônio Mendes Biasoli, Antônio de Oliveira Albuquerque, Carlos Henrique Pereira Lima, Crescêncio Antunes da Silveira Neto, Delta Werneck Ribeiro, Eduardo Augusto Bordallo, Elias Feld, Eraldo Bulhões Martins, Franklin Rubinstein, Gerson Rodrigues do Lago, Gilson Maurity Santos, Humberto José Coelho Martins, Irapoan Pimenta, Jorge Farha, Jorge Josias Guimarães, Jorge Luiz do Amaral, José Carlos Diniz Gonçalves, José Eberienos Assad, Laerte Andrade Vaz de Melo, Marcelo Barbosa Gonzaga, Marcia Caetano Jandre de Assis Tavares, Márcio Leal de Meirelles, Marcos

Fernando de Oliveira Moraes, Maria Alice Gosende Werneck Genofre, Maria da Conceição Pires Barbosa, Maria Filomena Xavier Mendes, Maria Thereza Guimarães Palacios, Mauro Brandão Carneiro, Paulo Walker Duarê, Regina Helena Lamin Dias, Ricardo Lacerda Baptista, Roberto Domingos Gabriel Chabo, Sérgio Lúcio de Miranda, Sonia Maria Pinheiro de Almeida, Walber Vieira, Walter de Almeida Barbosa.

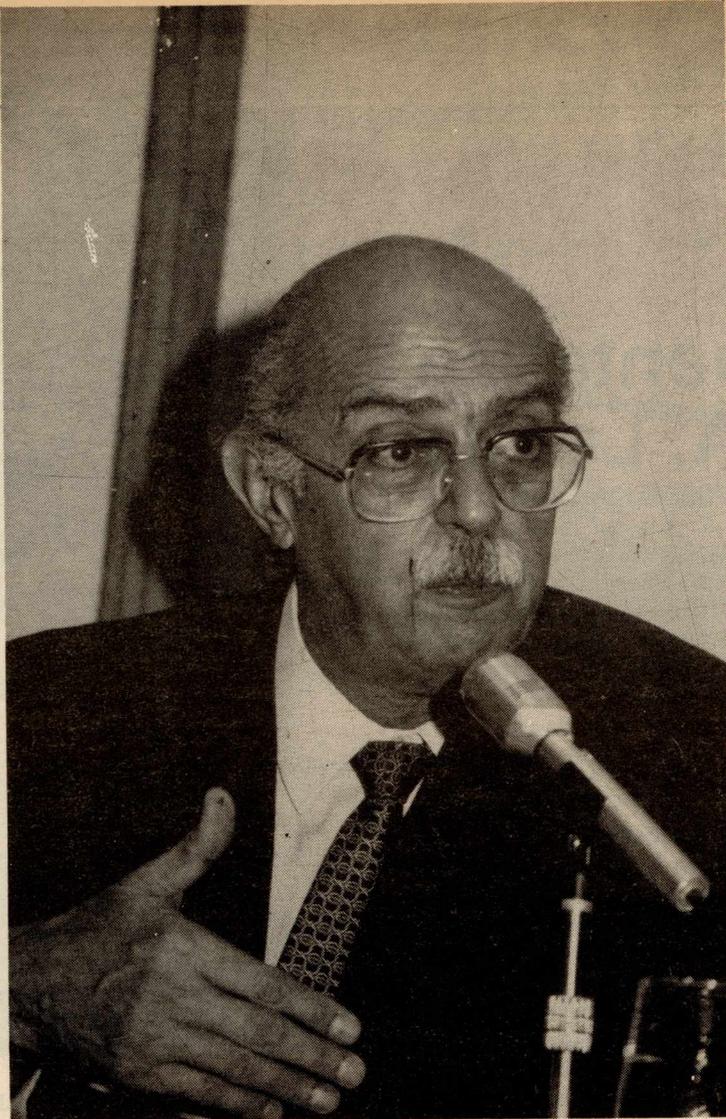
Delegacia da Região dos Lagos - Pres. José Antônio da Silva. Av. Júlia Kubitscheck, 35/114, 28900, Cabo Frio, RJ, Tel: (0246) 43-3594. **Delegacia do Centro-Norte Fluminense** - Pres. Júlio César Gomes de Andrade. Pça. Pres. Getúlio Vargas, 176/603, 28610, Nova Friburgo, RJ, Tel: (0245) 22-1778. **Delegacia do Sul Fluminense** - Pres. Cláudio Martinho Guimarães Borges. Av. Getúlio Vargas, 767/306, 27253, Volta Redonda, RJ, Tel: (0243) 42-0577. **Delegacia do Norte Fluminense** - Pres. Ligia Maria Menezes Muylaert. Pça. São Salvador, 41/1.405, 28010, Campos, RJ, Tel: (0247) 22-8184. **Delegacia**

Regional de Niterói - Pres. Aloísio da Siva Brazil. Rua Cel. Gomes Machado, 136/1.201-1.202, 24020, Niterói, RJ, Tel: 722-5892. **Delegacia da Região Serrana - Petrópolis** - Pres. Sonia Maria Pinheiro de Almeida. Rua Alencar Lima, 35/1.208-1.210, 25620, Petrópolis, RJ, Tel: (0242) 43-4373.

Conselho Editorial: a Diretoria e a Conselheira Maria Alice Genofre. Editado pela **SR Idéias Imprensa e Comunicação** - Av. Beira Mar, 406, sala 1001. Tel: 240-5666. **Jornalista Responsável:** Sidney Rezende. **Editor:** João Carlos Leal. **Repórteres:** Adriana Rezende, Erica Ribeiro, Justo D'Ávila, Lídia Freire. **Revisão:** Edna da Silva Cavalcanti. **Projeto gráfico e diagramação:** Jane Peters. **Arte final:** Fractal Editora. **Impressão:** Jornal dos Sports. **Tiragem:** 50 mil exemplares. **Periodicidade:** Mensal.

* Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, não representando, necessariamente, a opinião do CREMERJ.

Adib Jatene vem ao Rio discutir a crise na Saúde



Atendendo a um pedido do presidente do CREMERJ, Laerte Vaz de Melo, o Ministro da Saúde, Adib Jatene, incluiu em sua agenda do dia 4 de junho uma visita à entidade. O auditório do CREMERJ ficou quase lotado, com a presença de secretários da saúde de vários municípios, que solicitaram uma reunião com o Ministro, para discutirem a crise na saúde.

O encontro foi aberto por Laerte Vaz de Melo, que fez um relato da situação dos hospitais do Estado. Em seguida, falou o presidente do

Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Estado do Rio de Janeiro - Consems -, Gilson Cantarino, que também é secretário de Saúde de Niterói. Ele destacou a grave crise dos hospitais municipalizados e também o financiamento mensal recebido pelos estados, através das Unidades de Coberturas Ambulatoriais - UCA'S - que, segundo ele, estão atualmente defasadas.

Adib Jatene elogiou a iniciativa dos secretários de Saúde para buscar soluções para o setor. Jatene concordou com a tese dos secretários, de que a

crise acontece por causa do financiamento e não por gestão. No entanto, ele não conseguiu apresentar propostas a curto prazo, e defendeu que somente um minucioso levantamento sobre consultas e pagamentos

das UCA'S - que são calculados pelo número de habitantes de cada Estado dividido por 12 - pode levar a soluções, porém a médio prazo. Outra proposta do Ministro é a criação de consórcios entre municípios, para melhoria no

atendimento médico, através de intercâmbio de recursos.

“A resolutividade não existirá sem o fim do sucateamento na rede”, destacou Adib Jatene, que aponta a saída para a crise com a criação de um sistema onde se preze a política de saúde e não a política na saúde. Visivelmente decepcionados, os secretários confessaram que desejavam algo mais que um diálogo amistoso com Adib Jatene. A secretária de Saúde de Campos, Alcione Leite, chegou a perguntar, com certo tom de desespero, como iria explicar aos campistas a grave situação da saúde, sem apresentar algo de concreto.

Contrastando com o descontentamento da secretária de Campos, Gilson Cantarino já comemorava o que ele considerou como a colheita dos primeiros frutos da conversa com Jatene. O reajuste das UCA'S em 40%, retroativo a abril, aumentaram de Cr\$ 28 bilhões para Cr\$ 42 bilhões, a última parcela recebida pelo Estado. Um segundo reajuste está previsto para os próximos meses, e o Consems prossegue com estudos, também feitos pelo Ministério da Saúde, para que o Sistema Único de Saúde saia da UTI.

Secretários querem devolver
unidades municipalizadas

Consems luta por melhorias



Alberto Jacob

Quando o Sistema Único de Saúde foi implantado no Estado do Rio de Janeiro, em 89, pensava-se que os problemas da saúde começavam a ser resolvidos. Este otimismo partia de Brasília, mais especificamente dos responsáveis pela implantação do sistema, e encontrava eco nas prefeituras, ávidas pela solução das dificuldades de atendimento médico. Três anos depois, o SUS acumula complicações suficientes para haver quem cogite o seu desmantelamento.

Esta medida não ficou só no plano das hipóteses. O Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Estado do Rio de Janeiro - Consems - chegou a cogitá-la

como alternativa real para enfrentar o corte de verbas e os financiamentos reajustados abaixo da inflação, problemas que, segundo os secretários de Saúde, inviabilizam o atendimento à população.

Problemas no SUS significam problemas em boa parte da rede hospitalar do Rio de Janeiro, na medida em que o Estado reúne o maior número de unidades públicas do país. Com exceção do município do Rio, todas as prefeituras estão integradas ao Sistema. A preocupação dos secretários de Saúde está exposta na **Carta de Teresópolis**, documento assinado pela direção do Consems - composta de 14

secretários -, que contém as resoluções de uma reunião da entidade, no dia 14 de maio.

Doze dias depois, uma outra reunião - desta vez no prédio da Secretaria Estadual de Saúde, no Centro do Rio - serviu para ratificar as decisões de Teresópolis, entre elas a de devolver todas as unidades repassadas pelo SUS, caso não fosse revisto o sistema de repasse de verbas e fossem dados reajustes condizentes com a inflação.

Convidado a participar, o presidente do CREMERJ Laerte

Vaz de Melo não ouviu somente as lamentações sobre os problemas do SUS e sim um rápido e preocupante relato de alguns secretários. A secretária de Saúde de São João de Meriti, Eroltilde de Amorim Torres, por exemplo, alertou sobre o alto índice de mortes por tuberculose, na Baixada Fluminense.

Além disso, os tratamentos de alto custo, como a hemodiálise, esgotam os recursos que já chegam ao município com atrasos e cortes constantes, segundo o secretário de Saúde de Niterói e presidente

do Consems, Gilson Cantarino. Pouco depois, uma plenária decidiu por uma reunião com o Ministro da Saúde, Adib Jatene, intermediada pelo CREMERJ. Apesar de estar atuando junto aos secretários municipais, o presidente do CREMERJ encontra espaço para criticar a decisão de devolver as unidades aos antigos responsáveis. “Considero uma atitude extrema e desnecessária”, completa Laerte Vaz de Melo, lembrando o fato de os municípios não terem criado, no prazo exigido, seus Conselhos de Saúde.

PESQUISA

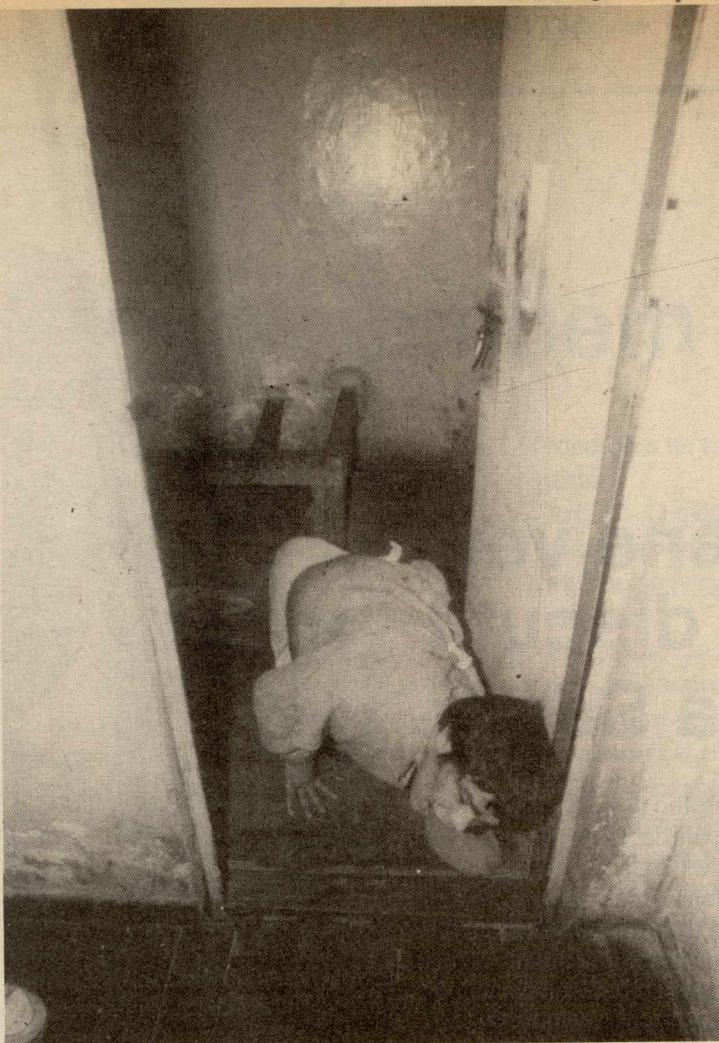
Doença mental se agrava na A. Latina

Uma pesquisa da Organização Pan-Americana da Saúde, feita em 1984 em países da América Latina e Caribe, em seu plano de saúde para o ano 2000, identificou que nestas regiões é grande o número de defeitos congênitos. Mesmo assim, a situação ainda não merece atenção por parte dos organismos de saúde pública. De acordo com as pesquisas feitas pelos grupos de consulta, as malformações congênitas constituem uma das dez primeiras causas de mortalidade infantil em 22 dos 28 países da região.

Impedimentos físicos e mentais, tais como surdez, retardamento mental, cegueira e problemas motores, são de origem genética ou congênita e afetam cerca de 11% da população da América Latina. Programas isolados de genética médica são bastante encontrados nestes países, porém os serviços são incompletos e seu grau de utilização pela população é pequeno.

A pesquisa mostra que as estratégias de prevenção primárias das enfermidades genéticas e dos defeitos congênitos são basicamente as seguintes: 1) aconselhar as gestações de mulheres com mais de 40 anos; 2) diminuir os níveis de exposição a mutagênicos e teratogênicos; 3) detecção pré-natal de defeitos do tubo neural. Nos países desenvolvidos, 0,5% do total de nascimentos provêm de mães de 40 anos ou mais. Na América Latina os nascimentos de mães com mais de 40 anos chegam a 2% do total.

Na conclusão do relatório da Organização Pan-Americana de Saúde, as atuais condições da América Latina e do Caribe tornam bastante difíceis o plano de metas para o ano 2000. Um grande esforço de organismos internacionais, governo, comunidades e profissionais poderá ser o primeiro passo para o desenvolvimento de campanhas de educação pública, programas de imunização e vacinação contra



a rubéola, controle de medicamentos e drogas e, principalmente, desencorajar mulheres com mais de 40 anos a gestações.

O descontrole e a falta de programas assistenciais eficazes para o tratamento humano de pacientes portadores de doenças mentais transformam as clínicas em verdadeiros depósitos de

doentes. Dois grandes exemplos do descaso com a saúde mental podem ser vistos no Estado do Rio. O Instituto Maria José, em Petrópolis, onde quase 260 pacientes - crianças e adultos - vivem em condições subumanas, e o Hospital Psiquiátrico de Vargem Alegre, em Barra do Pirai. (veja matéria abaixo)

IFF é referência nacional em atendimento

Fundado em 1924 e hoje tido como referência nacional no atendimento materno-infantil, o Instituto Fernandes Figueira do Rio de Janeiro desenvolve desde 1973 seu serviço de saúde mental com progressivo sucesso. Atualmente dirigido pela psicóloga Lucíola de Castro, o serviço de saúde mental é formado por uma equipe multiprofissional que conjuga o trabalho de assistentes sociais, médicos e psicólogos, quase todos com formação também na área psicoterápica.

Equipado com sete salas de atendimento clínico, o departamento atende mensalmente de 400 a 500 consultas. A equipe desenvolve um trabalho com base no referencial teórico psicanalítico, sendo parte dela especializada no atendimento familiar e de casal e os demais no acompanhamento dos casos individuais de crianças, adolescentes e mulheres, na maioria clientes do IFF. Embora as consultas não se restrinjam à clientela interna, Lucíola de Castro informa que tem sido difícil

atender a demanda externa devido ao grande volume de pacientes do próprio hospital. O atendimento da equipe prevê também o suporte psicoterápico em diversos casos de atendimento médico, como em pacientes pós ou pré-operados (onde sempre há possibilidade de um problema físico associar-se a um outro de ordem emocional), em pacientes no período pré-natal e também junto ao setor de atendimento ao adolescente que funciona no IFF.

Para Lucíola de Castro, o que garante fundamentalmente a

qualidade do atendimento do serviço de saúde mental do Instituto Fernandes Figueira é o nível de formação dos profissionais disponíveis. Há sempre uma grande preocupação no hospital com a atualização e o aprofundamento do nível científico do atendimento. "Nossos cursos são abertos a profissionais de outras instituições e gostaríamos muito que houvesse uma procura maior deste tipo de treinamento por parte de profissionais da rede pública", ressaltou a Dr. Lucíola.

Casa de Saúde mantém doentes encarcerados

Um campo de concentração, um depósito de doentes. Através desta comparação, o presidente do CREMERJ, Laerte Vaz de Melo, definiu a situação em que se encontra o Instituto Maria José, em Petrópolis, entidade mantida por órgãos como a Feem, LBA, Petrobrás e a própria prefeitura de Petrópolis. A visita aconteceu no dia 3 de junho, com a presença dos Conselhos Regionais de Medicina, Farmácia, Fonoaudiologia, Assistência Social e também do Departamento de Vigilância Sanitária do Estado, além de representantes da secretaria municipal de Saúde.

Na tentativa de esconder um pouco da sujeira, comum no local, os funcionários limpavam rapidamente corredores e banheiros, enquanto tentavam impedir a entrada das equipes ao pátio interno da instituição. Para surpresa de todos, a situação dos quase 260 internos do Instituto Maria José era pior do que a imaginada. Homens, mulheres e crianças se espalhavam pelos corredores, vestidos em trapos, sujos e dopados. Foram encontrados dormitórios mistos e celas, trancadas a cadeado, cada uma com até 20 pessoas, algumas nuas.

A advogada da instituição, Regina Janiquiz, tentava em vão mostrar que, no local, os internos eram protegidos e amparados por uma boa administração. A juíza Maria Salete Amaro da Silva, da 2.ª Vara de Família e Menores de Petrópolis, foi quem solicitou a presença dos Conselhos Regionais ao Instituto Maria José, para que fossem comprovadas as irregularidades denunciadas através de telefonemas e cartas anônimas há quase um ano.

Ao Instituto Maria José, foram aplicados todos os autos de infração possíveis, que vão desde a falta de profissionais qualificados até o péssimo estado das instalações. O diretor da casa, Altivo Mendes Linhares Neto, afastado da função para responder a processo de auditoria contábil, colocou como seu substituto o motorista da instituição, que não soube dar qualquer informação sobre faturas e folhas de pagamento de funcionários. O Prefeito Paulo Gratacós recebeu os conselheiros em seu gabinete e prometeu dar todo apoio para que sejam corrigidas as irregularidades da instituição.

Érica Ribello
Lídia Freire
Sérgio Maranhão

APÓLICE COLETIVA DE AUTO PROFISSIONAL DE SAÚDE

VANTAGENS:

- Descontos Especiais
- Bônus, em caso de renovação
- Atualização diária
- Assistência 24 hs em todo o Brasil
- Dispositivo Anti Furto
- Em 4 pagt^{os} iguais, ou em 12 meses

INFORMAÇÕES/ CONTRATAÇÃO:

TELS.: (021)280-4759
276-8279

Leoney Santos

SALÁRIOS

Baixo salário consome carreira e vida de médico

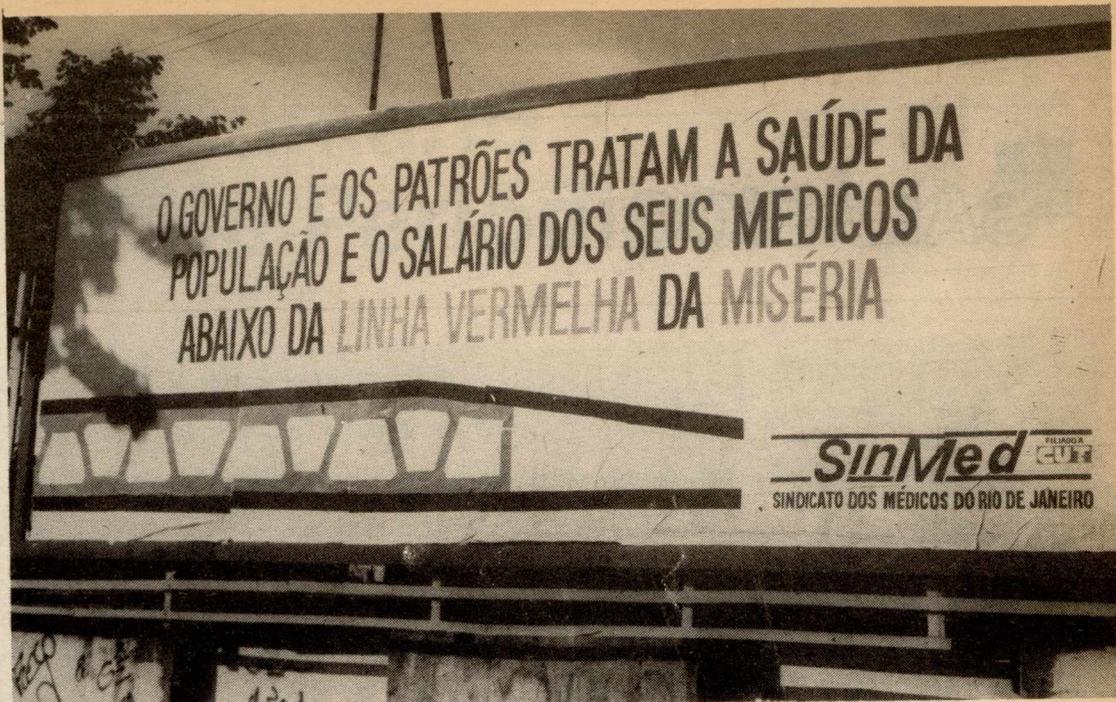
Driblar a inflação e o constante aumento de preços sempre foi uma tarefa árdua para as classes menos favorecidas. Hoje, porém, na corrida entre salários e o custo de vida, perdem todos, até categorias profissionais de nível superior. Apesar de bastante conhecida, respeitada e, em alguns casos, até mesmo

unida, a classe médica se destaca nesse momento como uma das mais mal remuneradas do País. As dificuldades começam já na universidade, com o alto preço das mensalidades e dos livros, e seguem profissão afora, com os médicos numa eterna luta entre seus muitos empregos,

baixos salários e a necessidade de arranjar tempo e dinheiro para fazer cursos, participar de congressos e comprar publicações que os ajudem a se manter atualizados. Esta edição especial sobre a questão salarial na classe médica pretende mostrar, através de um Raio-X, as

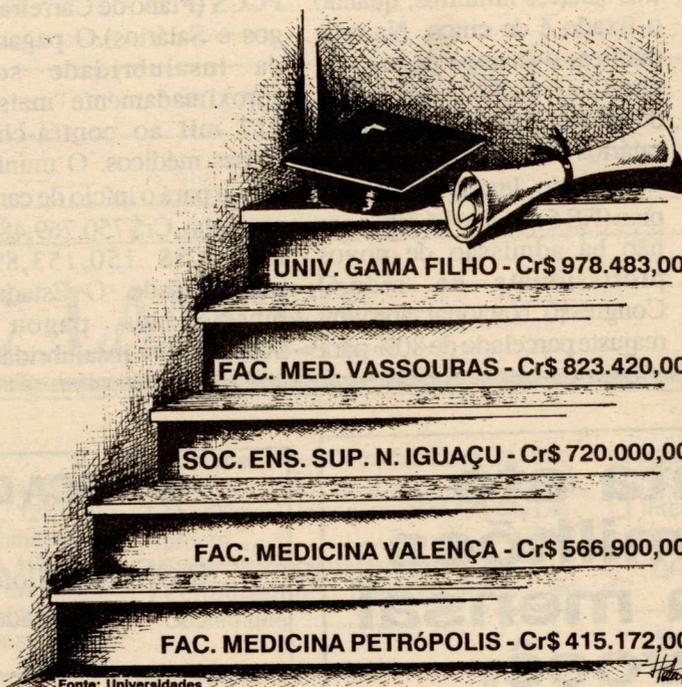
diferenças salariais existentes entre municípios do Estado do Rio, a luta do sindicato pela isonomia salarial, o custo da atualização médica e o cotidiano de um casal de médicos que, para manter seu padrão de vida, se divide em até cinco empregos. Gráficos

vão mostrar a queda do poder aquisitivo, tendo como referencial a dolarização. A opção de muitos médicos para convênios com empresas de Medicina de Grupo, seguro saúde etc., também é citada como exemplo para a complementação de renda.



Livros e revistas médicas são necessários para que o médico, assim como qualquer profissional, se mantenha atualizado sobre os avanços em pesquisas na área. Os livros são também os instrumentos de consulta diária dos médicos e, para adquiri-los, é preciso ter, dependendo da especialidade, pelo menos Cr\$150 mil - preço mínimo de um livro. Assinar uma revista como a Lancet custa hoje mais de Cr\$ 1 milhão. Em qualquer especialidade os livros de consulta permanente

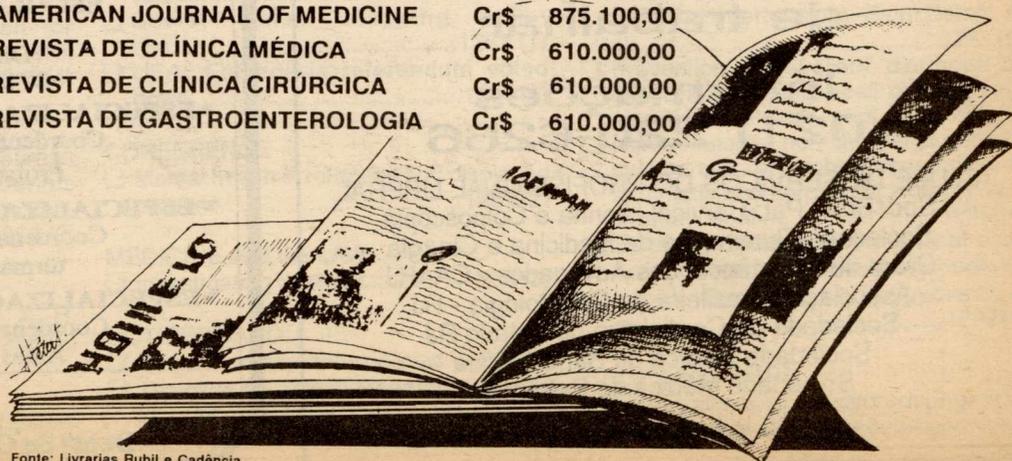
são a base para um bom atendimento. Poucos são os médicos que podem ter uma biblioteca especializada - essencial para o aprimoramento do profissional. O jovem médico não pode se dar ao luxo de comprar um livro por mês ou assinar uma revista, já que os baixos salários não comportam esta despesa no orçamento. Os quadros abaixo destacam os principais títulos de livros e revistas médicas, com preços do mês de junho.



Os valores das mensalidades das universidades do Estado que possuem curso de Medicina foram pesquisados pelo *Jornal do CREMERJ*. Os preços de junho mostram variação de Cr\$ 566 mil a quase Cr\$ 1 milhão. O horário integral não permite que o estudante trabalhe, e a maioria das universidades fica no interior do Estado, o que acaba tornando a despesa do estudante ainda maior. Muitos se hospedam em hotéis ou repúblicas, e a maioria tem um gasto diário com passagens e alimentação. Veja o quadro à esquerda.



LANCET	Cr\$ 1.277.200,00
NEW ENGLAND JOURNAL	Cr\$ 1.032.100,00
AMERICAN JOURNAL OF CARDIOLOGY	Cr\$ 945.100,00
AMERICAN JOURNAL OF MEDICINE	Cr\$ 875.100,00
REVISTA DE CLÍNICA MÉDICA	Cr\$ 610.000,00
REVISTA DE CLÍNICA CIRÚRGICA	Cr\$ 610.000,00
REVISTA DE GASTROENTEROLOGIA	Cr\$ 610.000,00



SALÁRIOS

Sindicato quer salário digno

O Rio de Janeiro possui hoje cerca de 40 mil médicos - apenas oito mil são sindicalizados - que fazem parte de uma classe que trabalha sem recursos e recebe um dos mais baixos salários do País. "A situação salarial dos médicos do Rio de Janeiro hoje é extremamente aviltante", resume o presidente do Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro (SinMed), Mauro Brandão Carneiro.

Dentro deste quadro, o sindicalista destaca dois aspectos. Primeiro, a ausência de isonomia: "cada empregador paga um salário diferente, com critérios e planos de cargos e salários distintos, dificultando a implantação de um Sistema Único de Saúde", apontou. Segundo: todos os salários são

muito baixos, principalmente os do Estado e da rede privada. "O único setor que garante uma remuneração razoável é o dos médicos de convênios, pela força de um movimento bem organizado e permanente", sublinha.

Na rede privada, há flagrante desrespeito ao piso fixado no último dissídio. Em junho, a média salarial foi de três salários mínimos, quando o fixado é de cinco. Na rede pública, o Inamps pagou, em abril, Cr\$ 870 mil arredondados, para os médicos de salários mais baixos. Nenhum médico do Inamps recebe o piso (NS 5), já que há oito anos não há admissão de novos profissionais na rede. O Congresso Nacional aprovou reajuste parcelado de 80% para

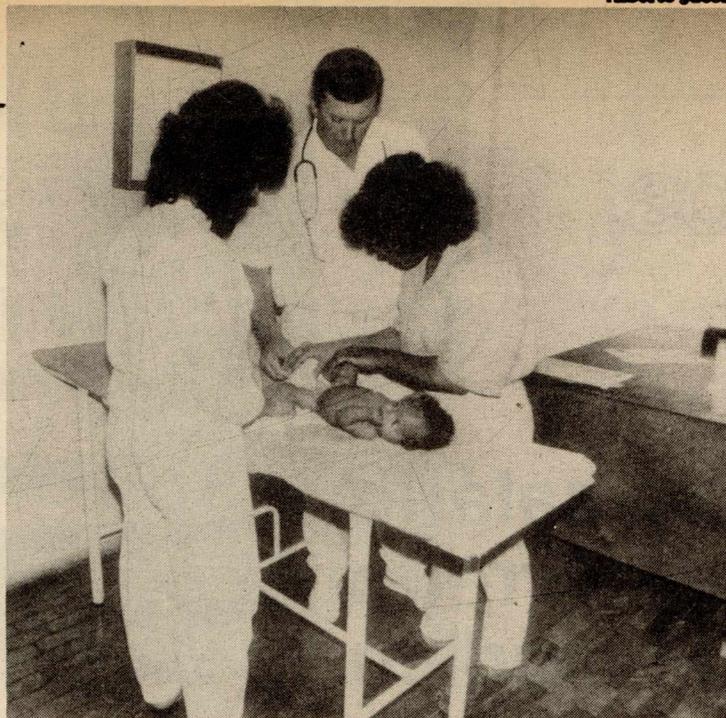
os servidores federais, incidindo sobre o salário de abril, dividindo-o em três parcelas não cumulativas de 30%, 25% e 25%, respectivamente nos meses de abril, maio e junho.

No NS 23, que concentra grande número de médicos, o Inamps pagou em junho cerca de Cr\$ 1.900 mil, somando o salário e adiantamento do PCCS (Plano de Carreira, Cargos e Salários). O pagamento da insalubridade somou aproximadamente mais Cr\$ 117 mil ao contra-cheque desses médicos. O município pagou para o início de carreira, em junho, Cr\$ 750.769,48, com mais Cr\$ 150.153,89 de insalubridade. O Estado, no mesmo mês, pagou Cr\$ 545.872,79 e insalubridade de

Cr\$ 109.174,55. No Inamps, o SinMed segue a pauta de reivindicações unitária dos servidores públicos federais que pretende: reajuste emergencial retroativo a 1º de abril/92, com recuperação das perdas salariais ocorridas durante o Governo Collor; isonomia salarial com a unificação das tabelas do Executivo, Legislativo e Judiciário; parcelamento da reposição do adiantamento de férias em 12 parcelas iguais e sem correção; elevação do auxílio-creche para dois salários mínimos e o ressarcimento dos prejuízos financeiros causados aos servidores colocados em disponibilidade.

Em relação ao município, o SinMed acompanha, junto com outros sindicatos dos

A classe médica, responsável por salvar vidas de milhares de pessoas todos os dias, padece, há alguns anos, de um mal crônico que ameaça sua própria sobrevivência. Os baixos salários e as péssimas condições das unidades públicas no Estado não garantem a realização pessoal, profissional e financeira de um médico.



**Garanta até
Cr\$ 21 milhões
de renda mensal
para você,**

**caso uma doença
ou acidente
o impeça
de trabalhar.**

**Informações
(021) 220-6266**

CLUBE DE SERVIÇOS DO PROFISSIONAL LIBERAL
Soc. Bras. Pat. Cervical Uterina e Colposcopia
Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia
Caixa de Assistência dos Advogados - CAARJ
Associação Brasileira de Odontologia - RJ
Sociedade de Cardiologia do Estado RJ
Sociedade Médica de Barra Mansa
Sociedade Médica de Petrópolis

— julho de 1992 —

GRÁFICA DO CREMERJ OFERECE CARIMBOS MAIS BARATOS

O CREMERJ oferece os serviços de confecção de carimbos especiais, sem necessidade de tintamento. Procurar na recepção, no 10º andar.

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE

Especialização com Habilitação para o Magistério Superior
- de acordo com a Resolução 12/83 - Conselho Federal de Educação

ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO EM SAÚDE

Departamento de Pós-Graduação Lato Sensu

Diretor Acadêmico: Prof. Ernesto Fessel CRM 11.527.5

2º Semestre de 1992 / Vagas Limitadas Para os Cursos de:

- **ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA DESPORTIVA**
Coordenação: Prof^{os}. Waldemar Areno e Pedro de Araujo Lima
Prof^s; com Mestrado e Doutorado - Aulas aos sábados
- **ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR E DA SAÚDE**
Coordenação: Prof^{os} Sidney de Brito e Ernesto Fessel
turmas 3ª e 5ª feiras à noite e aos sábados
- **ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA MÉDICO-HOSPITALAR**
Coordenação: Prof^a. Beatriz Helena Magno da Silva e Ernesto Fessel
Aulas aos Sábados

Maiores Informações:

TEL: (021) 253-1009 / 253-0546

Deptº de Cursos: Rua dos Andradas, 96 / 5º andar - Centro - RJ

SALÁRIOS

Ainda não existe, dentro da classe médica, um piso salarial fixo. Alguns municípios pagam mais a seus servidores e a disparidade entre algumas cidades é muito grande. Na rede privada, o piso fixado no último dissídio da categoria determinou o pagamento mínimo de cinco salários mínimos - Cr\$ 1.150.000,00. No entanto, a média salarial paga em junho é de três mínimos - o equivalente a Cr\$690 mil. O pagamento da insalubridade é irrisório, classificada em 10% a 20% do salário mínimo.

A Federação Nacional dos Médicos e o Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro estão em campanha nacional pela aprovação no Congresso Nacional da nova Lei do Médico, que substituirá a antiga 3.999/61. Pela nova lei deverá ser instituído o piso de dez salários mínimos - Cr\$

2.300.000,00 em junho - corrigidos mensalmente pelo Índice do Custo de Vida (ICV) do Dieese. Os sindicalistas se encarregaram de espalhar pela cidade out-doors que chamam a atenção da população para a situação da classe. Internamente, panfletos, cartazes e palestras estão sendo feitas em hospitais, clínicas e demais unidades de saúde, para conscientização dos profissionais para a unificação do piso.

O relator do projeto é o Deputado Jabes Ribeiro (PSDB - BH) que, depois de se reunir com a Federação Nacional dos Médicos, já anunciou que o novo piso terá parecer favorável. A nova Lei do Médico incentivará a extensão do piso a todas as categorias, nos serviços público ou privado. Veja ao lado os pisos municipais de Angra dos Reis, Campos e Niterói.

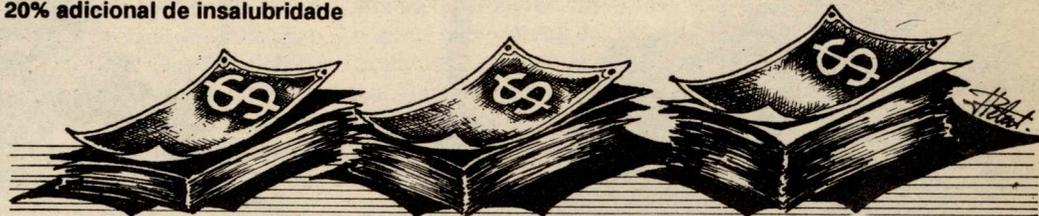
Municípios pagam pisos diferentes

Cr\$ 497.000,00
+ 100% abono em maio e
20% adicional de insalubridade

Cr\$ 672.261,00
+ 30% abono em junho

Cr\$ 1.870.230,00
nível 10 - todas as especialidades

Cr\$ 884.770,00
nível 6 - auxiliares



NITERÓI

CAMPOS

ANGRA DOS REIS

Fonte: Prefeituras

Rede conveniada: a melhor saída

Quem, nos dias atuais, não busca uma maneira de complementar a renda mensal, seja com alguma tarefa extra e, se possível, tendo dois ou mais empregos? Para a classe médica, este é um procedimento "normal" e bastante comum. Porém, se antes um médico complementava sua remuneração utilizando-se de empregos através de convênios com empresas de saúde, hoje observa-se uma inversão de valores nesta

questão. Quem possui um ou dois empregos fixos, na rede pública ou privada, considera estas ocupações complemento do trabalho nas firmas de Medicina de Grupo e seguro-saúde. Não é parâmetros. Em valores absolutos, o salário dos médicos da rede pública despencou a olhos vistos (veja o quadro). Hoje, um parto normal remunerado pelos convênios, em quarto particular, se aproxima do salário de um mês de trabalho no INAMPS. Pela

tabela da Associação Médica Brasileira, este serviço fica em Cr\$ 1.140.000,00, que equivale a 2.000 CH (coeficiente de honorários)

O crescente sucateamento dos hospitais da rede pública, acompanhado do aviltamento salarial de seus profissionais, faz com que as empresas privadas façam parte de uma nova realidade no mercado de trabalho do médico. "Algumas empresas privadas chegam a pagar de 3 a 4 vezes mais que os salários pagos pelo Estado", afirmou o presidente do SinMed. A Beneficência Portuguesa pagou, no mês de junho, o salário de Cr\$ 2.300.000,00, por 24 horas semanais. O movimento bem estruturado dos médicos de convênio garante a eles melhor

remuneração. Através da Comissão Estadual de Honorários Médicos, estes médicos obtiveram o pagamento pleno da tabela da Associação Médica Brasileira (AMB), com a correção mensal do valor do Coeficiente de Honorários (CH) pelo Índice Geral de Preços e Mercados (IGPM), da Fundação Getúlio Vargas. Em junho, esse coeficiente foi de Cr\$570,00, significando que uma consulta médica foi remunerada em Cr\$ 28.500,00 (50 CH).

Está prevista para ainda este ano a implantação da nova tabela de honorários que, entre outras modificações importantes, elevará a remuneração da consulta médica para 80 CH. A cooperativa médica Unimed já realiza este

trabalho no município do Rio de Janeiro, fazendo o pagamento pleno do CH desde outubro de 91 e iniciou processo da entrega de faturas e pagamentos quinzenais a partir de maio último, atendendo antiga reivindicação do movimento dos médicos conveniados do Rio. Na rede privada, o dissídio coletivo 91/92 aguarda pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho. Não houve acordo devido à recusa dos sindicatos patronais em pagar o piso de cinco salários mínimos. Em função da morosidade da Justiça, o SinMed fará nova rodada de negociações com o Sindicato Nacional das Medicinas de Grupo (Sinamge) e com o Sindicato dos Hospitais do Rio de Janeiro.

Dolarização comprova a queda salarial

MUNICIPAL	MAIO/87	MAIO/92
ESTADUAL	US\$ 407.00	US\$ 152.00
FEDERAL	US\$ 323.00	US\$ 154.00
	US\$ 578.00	US\$ 576.00

Obs: Desconsiderando adicionais e diferenças de níveis.

Fonte: Profissionais da rede Pública

SALÁRIOS

Casal de médicos acredita que muitos empregos impedem estudo

Muitos empregos no dia-a-dia dos médicos

Marcelo London acumula quatro empregos

Alberto Jacob



A dificuldade de se dedicar exclusivamente a um emprego e ganhar um salário condizente com a responsabilidade da profissão é uma realidade cada vez mais presente entre os profissionais de saúde. Os médicos precisam trabalhar em três, quatro ou mais locais diferentes, comprometendo o atendimento ao paciente e a própria saúde, para sobreviver e sustentar a família. Quem dá um bom exemplo desta problemática é o médico pneumologista Marcelo London. Aos 29 anos, quatro de profissão, casado, ele dedica 70 horas por semana ao trabalho, em quatro locais diferentes, para ganhar um total de Cr\$ 4 milhões por mês.

Uma das reclamações de Marcelo London é a dificuldade de se reciclar. Para ele, seria necessário, dentro do orçamento, ter condições de fazer assinaturas de jornais e revistas especializadas, além de comprar livros e participar de congressos. No entanto, estes planos continuam reservados para um futuro distante já que, com a chegada do primeiro filho, em novembro, as economias vão ficar ainda mais comprometidas.

A rotina de trabalho do Dr. Marcelo é bastante complicada e, segundo ele, é difícil agendar os compromissos. Durante a semana, ele dá plantão no Hospital Pio XII e na Associação dos Suboficiais da Marinha e faz atendimento de

rotina no Hospital dos Italianos e no Centro Municipal de Saúde de Duque de Caxias. Neste último, ele é contratado para cumprir 20 horas semanais. Como só comparece ao local em dois dias da semana - a Casa de Saúde fica muito distante de sua residência - o Dr. Marcelo tem que atender a 16 pessoas em um único dia. O tempo da consulta não ultrapassa 10 minutos, as condições de atendimento são precárias, segundo ele, e a população, por ser mais carente, demora mais a entender o diagnóstico. "O paciente é o maior prejudicado com o desgaste do médico", afirma ele.

Mesmo com toda esta dedicação, o Dr. Marcelo London ainda não conseguiu abrir seu

consultório particular. A primeira tentativa não foi adiante devido aos altos custos com aluguel e taxas e também por ele considerar os convênios, de certa forma, uma desvantagem. "Ninguém mais agüenta pagar um médico particular e o médico, necessariamente, depende do convênio. Para que o negócio seja vantajoso é preciso atender o maior número de pacientes, num menor tempo. A relação médico-paciente fica alterada, sem resultados", avalia.

Os investimentos feitos pelo Dr. Marcelo London, durante os seis anos de faculdade, são questionados por ele. Na sua opinião, ele necessita ter condições mínimas de exercer sua profissão e ter tempo para estudar e cuidar da saúde, o que no momento não está sendo possível. Andréa Barreiros, 26 anos, esposa do Dr. Marcelo, também é médica e escolheu a cardiologia como

especialização. Trabalhando atualmente apenas no Hospital dos Italianos, cerca de 36 horas semanais, ela, ao contrário do marido, se sente privilegiada. "Tenho no meu emprego recursos para trabalhar, medicamentos disponíveis e um bom salário, se comparado ao de muitos outros profissionais - Cr\$ 2 milhões", comenta ela. No entanto, a Dr.ª Andréa teme que, com o nascimento do bebê, precise, mais cedo do que imagina, procurar um segundo emprego. "Procuramos dividir tarefas e responsabilidades e manter um padrão de vida digno. Enquanto somos dois, procuramos limitar alguns supérfluos mas, quando a criança vier, teremos de dar a ela tudo que precisar", garante, disposta a qualquer sacrifício. E arremata, decidida: "estou pronta para agüentar mais um emprego".

Sumário: Conforto e Economia

Médicos em dificuldades semelhantes às de Marcelo e Andréa podem encontrar no Sumário de Periódicos do CREMERJ uma tábua de salvação. O serviço tem sido essencial para levar ao médico o que está sendo publicado nas revistas estrangeiras. Com isso, o médico deixa de assinar as publicações, cuja assinatura anual está caríssima, e passa a receber as informações em casa, com toda a comodidade e a um preço bem mais em conta.

A comodidade e o baixo custo para o usuário têm sido responsáveis pelo sucesso do

Sumário de Periódicos. Apesar do Conselho se basear na tabela do Comut para cobrar o serviço, os valores reajustados sempre chegam após a publicação do encarte, o que garante ao usuário um preço abaixo do mercado. Para fazer uso do serviço do Comut, é necessário que o médico vá a uma biblioteca conveniada para adquirir as publicações e artigos de interesse, enquanto o Sumário de Periódicos garante as matérias em casa.

O Centro de Documentação do CREMERJ-Cedoc- está tentando aproximar a periodicidade das revistas estrangeiras para o

mês vigente. Com o novo formato do *Jornal do CREMERJ*, o encarte ganhou mais espaço e vai ser possível estar mais próximo das novidades na área de saúde que ocorrem no mundo. Já neste número constam as publicações de novembro e dezembro.

Segundo as estatísticas, após um ano do lançamento do encarte, já aconteceram 1.052 pedidos de usuários e 8.867 artigos solicitados. Só nos últimos três meses, houve 360 pedidos e 3.243 artigos solicitados, o que demonstra que o serviço está crescendo e recebendo a adesão da classe médica.

Aluga-se horário em consultório médico no Lg. do Machado e Ipanema
Tels.: 285-4132 / 294-1895
265-7236
D.ª Rachel ou D.ª Marli

Alugo horário em consultório médico no Lg. Machado e Madureira.
Tratar c/Sr. Délcio
Tel.: 284-1650

Assistência Contábil p/Médicos e Dentistas. Legalização de Empresas e Autônomos. Desconto especial p/Inscritos no Conselho e Sindicato. Santos Contabilidade. CRC-RJ 63.209.
Tel.: 252-3499

Alugo horário em consultório médico na Av. Sta. Cruz em Pe. Miguel
Tratar Tels.: 331-2441 / 339-5100 - Dra. Lucia

INFORME

Testes anti-HIV

A Sociedade Brasileira de Patologia Clínica aprovou sugestão da Comissão de Aids do CREMERJ, que elaborou um texto que deverá ser impresso em todos os exames anti-HIV, orientando os pacientes de que os primeiros resultados podem não ser definitivos e cabe ao médico determinar exames confirmatórios. O acordo entre a SBPC e o CREMERJ irá minorar interpretações errôneas por parte de muitos pacientes.

Calamidade pública no HGNI

O CREMERJ e os Conselhos Regionais de Profissionais de Saúde do Rio de Janeiro decidiram declarar estado de calamidade pública no Hospital da Posse, em Nova Iguaçu, que está sob interdição ética desde o dia 29 de abril. Apesar de algumas providências terem sido tomadas, elas ainda não são suficientes para que a unidade possa oferecer um bom atendimento à população. A decisão dos Conselhos de Saúde foi publicada, em nota oficial no dia 18 de junho, nos principais jornais que circulam no Grande Rio.

Região dos Lagos visitada

Nos dias 9, 10 e 11 de julho, o CREMERJ seguiu com seu projeto de interiorização. Desta vez, foram visitados os municípios da Região dos Lagos, a exemplo do que foi feito há um mês na Região Centro-Norte. A comissão visitou as unidades de saúde daquela região e ficou concentrada na Delegacia Regional do CREMERJ, em Cabo Frio. O último dia de visitas foi fechado com um debate sobre ética.

Vigília

O CREMERJ, aliado a 19 outras entidades representativas da sociedade civil brasileira, participou de um encontro no Congresso Nacional, em Brasília, para discutir a crise ética e a ameaça que paira sobre a credibilidade das instituições democráticas no País. A chamada "Vigília pela Ética na Política" ocupou das 16 às 21 horas o Salão Negro do Congresso e produziu um manifesto convidando todas as entidades e pessoas a buscarem

alternativas eficazes para superar a crise e a reafirmar que numa democracia de fato não se condena sem provas, mas ninguém está acima da lei.

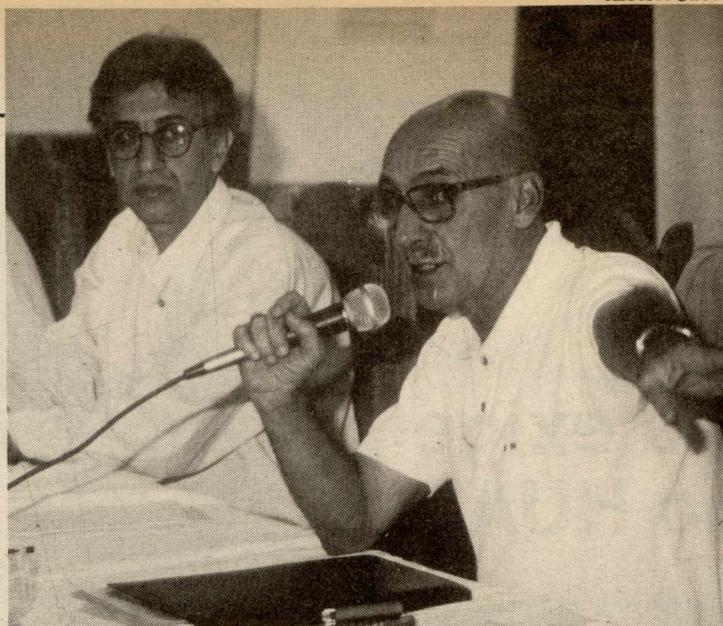
Encontro de Saúde Mental

O I Encontro de Saúde Mental de Petrópolis reuniu, no último dia 5 de julho, diversos profissionais, desta área, que discutiram os avanços no tratamento e relacionamento com pacientes portadores de doenças mentais. O evento, coordenado pela Delegacia do CREMERJ de Petrópolis, atraiu estudantes e também a população, que teve a oportunidade de debater com especialistas do eixo Rio-São Paulo as possibilidades de tratamento fora dos métodos tradicionais. Durante o evento, psiquiatras alertaram para o grande número de leitos psiquiátricos no Brasil e para a carência de alternativas extra-hospitalares para assistência.

Pouca coisa mudou na Rede Pública

Nas vitórias feitas pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro vem sendo grande o número de irregularidades encontradas nos hospitais da cidade e poucas as providências tomadas para melhorias em setores considerados prioritários. Os maiores exemplos da falta de recursos por que passam as unidades do Rio de Janeiro são os hospitais públicos Carlos Chagas, Getúlio Vargas e Rocha Faria.

No Carlos Chagas, as obras de reforma e ampliação estão paralisadas há dois meses e a única ala pronta é o CTI. A unidade coronariana está inviável, segundo o relatório do Cremerj e a falta de pessoal continua sendo um dos problemas crônicos. Para o presidente do CREMERJ, Laerte Vaz de Melo, não existe hospital em pior estado do que o Getúlio Vargas. Logo que houve o escândalo da falta de esterilização, algumas obras foram iniciadas, mas com o tempo tudo voltou ao esquecimento e o abandono continua sendo a marca registrada da unidade. A única mudança positiva foi a reabertura do Hospital Estadual Pedro II, que teve seus elevadores recuperados.



Alberto Jacob

Especialistas e conselheiros não acreditam em contaminação no mar

Cólera não ameaça Região dos Lagos

“A possibilidade de se adquirir o vibrião colérico com o simples banho de mar é muito remota”. A declaração é do médico Ernesto Hofer, coordenador do Laboratório de Referência Nacional em Cólera da Fiocruz, que participou do I Encontro Sobre Cólera da Região dos Lagos, no dia 12 de junho, no Caribe Park Hotel, em Cabo Frio. Apesar da grande imprensa ter diminuído o volume de publicação sobre o assunto, ainda é grande o risco de contaminação, lembrou o médico, frisando que, no Nordeste, inverteram a prioridade. “Deram mais atenção às águas oceânicas e se esqueceram dos açudes e rios”. Hofer citou como exemplo a cidade de Bezerros, em Pernambuco, onde as fezes são lançadas sem tratamento no rio Ipouca, que banha a cidade. Ele disse que são poucos os casos, de uma maneira geral, que não tratados com rapidez, levam o paciente à morte. “Setenta por cento dos casos são benignos”, salientou.

O coordenador do Laboratório de Referência Nacional em Cólera da Fiocruz disse que a doença foi detectada no alto Solimões, na cidade de Tabatinga, no Amazonas, em abril de 1991, 100 anos depois do aparecimento do cólera no Brasil. Alarmado com a situação, o médico Ernesto Hofer adiantou que o vibrião do cólera está cada vez mais perto da região Sudeste, já tendo atingido Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo Baiano.

Também presente ao encontro, o médico Paulo Francisco Almeida Lopes, do Departamento de Doenças Infecto-Parasitárias da UFRJ, tranquilizou os participantes dizendo que o cólera é uma doença tão simples que se tem necessidade de complicar. Ele esclareceu, explicando que a doença pode ser tratada com água, sal e açúcar. Lopes garantiu que cólera não dá febre e nem cólica e alertou que os primeiros sintomas são câimbra intensa na parede intestinal, devido à perda de potássio, muita sede e diarreia,

com fezes aquosas. Paulo Lopes disse, no entanto, que em pouco tempo, com a reidratação, recupera-se o paciente, que deverá tomar líquido na proporção de uma vez e meia do volume da dejeção.

No I Encontro Sobre Cólera da Região dos Lagos, aberto pelo médico Jorge Farha, da diretoria do CREMERJ, estava ainda o médico Guilherme Franco Neto, da Superintendência da Saúde Coletiva da Secretaria Estadual de Saúde. Ele disse que já foram treinados mais de 400 profissionais no combate à doença e que a Secretaria Estadual de Saúde vem trabalhando em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação, com a Cedae e Feema. Franco Neto revelou que apenas 10 por cento da população que vive às margens do rio Paraíba do Sul têm acesso a água tratada, segundo levantamento da Cedae e Feema, e que a falta de verba é grande dificuldade para se retirar os planos do papel. Guilherme Franco Neto transformou a frase em números, citando que, em setembro do ano passado, a dotação orçamentária para o combate à cólera no Estado do Rio foi de 204 milhões de cruzeiros, dinheiro que seria aplicado na compra de equipamento para o Instituto Noel Nutels e Feema. Detalhe: até hoje o material não foi comprado porque a verba está presa na Secretaria de Planejamento.

O encontro também contou com a participação de Secretários de Saúde de municípios da Região dos Lagos, entre eles o de Macaé e Pedro Reis Pereira. Macaé, que teve seu desenvolvimento acelerado a partir da chegada da Petrobrás, há 14 anos, tem apenas 20 por cento de sua população atendida por um tratamento ideal de esgoto, assegurou o secretário.

Parto é risco de morte nos hospitais

O Brasil, oitava economia do mundo, ainda ostenta determinados títulos e posições, quando comparado a outros países, que muitos gostariam de esquecer. Um deles, por exemplo, se refere ao índice de mortalidade materna. Em 1991, registraram-se quase 79 mortes maternas para cada 100 mil nascidos vivos. Estes e outros dados estatísticos sobre o assunto foram questionados durante o IV Fórum Estadual sobre Mortalidade Materna, ocorrido no final de maio, que contou com a presença do presidente do CREMERJ, Laerte Vaz de Melo, assim como da médica Ana Maria Cantalice Lipke, também do

Conselho, e de outros profissionais que trabalham com obstetria, além de representantes de Associações de Moradores.

Ana Lipke, ex-vice-presidente da Comissão dos Direitos à Reprodução Humana do Ministério da Saúde, de 1986 a 1990, diz que “gravidez virou sinônimo de morte”, e que, no Brasil, a questão está intimamente relacionada à pobreza. O maior índice de mortalidade materna ocorre na Região Norte, vindo em seguida o Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Na opinião de Ana Maria Lipke, estes óbitos são totalmente evitáveis. As mulheres morrem, principalmente, de

hipertensão arterial, hemorragia e infecção, frisou. Ela aponta, também, o abuso de cesarianas como um grande causador de mortes maternas. Ana Lipke não é contra a cesariana, mas avisa que, sendo a prática uma arma terapêutica, deve ter indicações precisas e corretas, o que, muitas vezes, não acontece. Ela chegou a citar o caso de uma clínica de Niterói, já interditada pelo CREMERJ, onde a média de cesarianas por mês atingia o patamar de 87%.

Apesar de todas as dificuldades, a Comissão de Mortalidade Materna do CREMERJ aprovou, por unanimidade, no dia oito de junho, a resolução sobre Normas Técnicas para Estabelecimentos que executam pré-natal. A Resolução só passará a ter validade depois de publicada no Diário Oficial.

VISTORIAS

CREMERJ exige melhorias no HUAP

O diretor do Hospital Universitário Antônio Pedro, Pietro Acetta, abriu as portas da unidade aos representantes dos Conselhos Regionais de Medicina, Nutrição, Farmácia, Enfermagem e do Sindicato dos Médicos, no dia 3 de junho. A visita teve por objetivo avaliar ética e socialmente as condições do hospital, que é uma referência em atendimento a todo o município de Niterói, além de São Gonçalo, Itaboraí e até Baixada Fluminense. Há um ano, houve uma vistoria no local, e como constatou o presidente do CREMERJ, Laerte Vaz de Melo, nada mudou.

A situação do HUAP não é muito diferente de outros hospitais da rede pública, que por falta de verbas e repasse irregular dos valores aplicados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) não oferece um bom atendimento. A emergência, atualmente em obras de ampliação, atende apenas a casos simples, e o ambulatório não fornece medicamentos, já que

os disponíveis na farmácia do hospital são utilizados em pacientes internados. A insulina, que em farmácias e drogarias pode custar até Cr\$ 60 mil, é um dos medicamentos mais procurados. No entanto, uma placa avisando da falta do produto desanima os pacientes, muitos já em fase de internação pelo agravamento da diabetes, o que acaba encarecendo ainda mais os serviços da unidade.

Durante toda a vistoria, chefes de clínica do HUAP destacaram o esforço das equipes da Universidade Federal Fluminense, que garantem o andamento do hospital. Muitos avaliaram que a forma de financiamento para o HUAP, que recebe como uma casa de saúde e não como um hospital, prejudica a unidade, que se mantém com verbas de produtividade e da própria UFF. Da maternidade até as enfermarias de ortopedia, foram encontradas irregularidades, que vão desde a falta de espaço físico até a de profissionais. Os serviços de tomografia são pagos apenas em



casos graves, como doentes traumatizados e neurológicos.

Algumas alas do hospital que foram construídas e equipadas para atendimento imediato não funcionam por falta de pessoal. É o caso da cirurgia cardiovascular, e da unidade coronariana, onde o espaço físico está sendo aproveitado para ergometria, por exemplo. O centro de diálise é uma das poucas áreas novas em pleno funcionamento, com divisão para pacientes crônicos e agudos, e ainda um setor de isolamento para transplantados. As equipes dos Conselhos presentes notaram que a falta de

manutenção de alguns equipamentos coloca em risco o tratamento de pacientes, até mesmo na UTI. Médicos e enfermeiros afirmam que vários equipamentos ainda estão funcionando por uma questão de sorte. As empresas de manutenção não renovaram contrato com o HUAP mas algumas continuam prestando serviços ao hospital.

Um dos setores em pior estado é a cozinha, onde são preparados apenas os alimentos de dieta para internados. O local, cheio de infiltrações, não possui iluminação suficiente, os alimentos não são protegidos e os funcionários

reclamam dos ratos, baratas e até das panelas. Somente um freezer funciona para acondicionar o material de pré-preparo. A equipe do Conselho Regional de Nutrição chamou a atenção do diretor do HUAP para o estado da cozinha. Envergonhado, Pietro Acetta, que acompanhou as equipes a todos os andares do hospital, se recusou a entrar na cozinha, revelando que sabia que este seria um dos pontos mais criticados pelos visitantes.

Logo após a vistoria, houve uma reunião a portas fechadas entre o diretor do HUAP e os representantes dos Conselhos. Foi discutida a situação do hospital, que se compara a qualquer outro da rede. Porém, não foi cogitado o fechamento da unidade, o que, segundo o presidente do CREMERJ, Laerte Vaz de Melo, agravaria ainda mais o atendimento médico no município. Mesmo assim, membros de cada Conselho apresentaram as exigências que devem ser cumpridas para que o hospital não sofra interdição. Pietro Acetta destacou a necessidade de dar ao HUAP, assim como a todas as unidades do setor público, tratamento diferenciado, permitindo assim um melhor atendimento. Ele espera que, com o reinício das obras de ampliação do hospital universitário, que estavam paralisadas desde 1986, parte dos problemas gerenciais seja resolvida.

Erica Ribeiro

Hospital impedia mães de acompanharem tratamento dos filhos

Vistoria decide fechar hospital

Foi insólito o dia 16 de junho na Casa de Saúde Santa Maria S.A., no bairro Ano Bom, em Barra Mansa, a 113 quilômetros do Rio de Janeiro. Pela primeira vez, o CREMERJ, acompanhado de representantes de mais oito Conselhos, apareceu sem avisar. A visita foi motivada a partir de denúncias de irregularidades no Centro Cirúrgico. A reação, porém, como já era esperada, foi a pior possível.

A exemplo de outras clínicas, o diretor administrativo da Casa de Saúde Santa Maria, José de Moraes Gonçalves, de 66 anos, não permitiu a fiscalização, inicialmente, mas acabou se convencendo depois de ouvir o presidente do CREMERJ, Laerte

Vaz de Melo, que ameaçou, inclusive, ter de chamar a polícia.

O resultado da visita não foi nada animador. O saldo resultou na interdição do Centro Cirúrgico e da maternidade. No Centro Cirúrgico constatou-se o exercício ilegal da profissão: as operações são realizadas com a ajuda de auxiliares de enfermagem. Além disso, uma das três salas apresentava infiltração. Na sala de exame de gestantes constatou-se a reesterilização de sonda vesical, o que pode levar facilmente a uma infecção urinária.

Mas as falhas da Casa de Saúde Santa Maria, que tem ao todo 17 convênios, vão mais além. Numa das salas da enfermaria pediátrica, cujas proporções só



permitiam três leitos no máximo, seguindo normas médicas, encontravam-se nove. O CREMERJ exigiu a diminuição de leitos. Também na pediatria verificou-se que vários medicamentos, entre eles Flagil e Bactrim, estavam fora das embalagens originais, o que é proibido, como informou o presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro, Antônio Carlos de Moraes, que pediu interdição do exercício profis-

sional do farmacêutico da Casa de Saúde Santa Maria. "Em alguns frascos há partícula em suspensão, o que indica a contaminação do produto", alertou Moraes.

No momento da fiscalização na pediatria, todas as mães estavam presentes e fizeram uma queixa unânime, a de que a direção não permite que elas acompanhem o tratamento dos filhos, assegurado pelo Estatuto do Menor e do Adolescente. A curadora de

menores de Barra Mansa, Leila Bran Moreira de Azevedo, foi chamada ao local, onde compareceu rapidamente, prometendo tomar providências.

A Casa de Saúde Santa Maria S.A., de acordo com dados do mais recente Atlas Sanitário do Estado do Rio de Janeiro, publicado em 88, possui maior número de clínicas médicas do que a própria Santa Casa de Misericórdia de Barra Mansa: 25 contra 14.

Lidia Freire

Alberto Jacob

SERVIÇO

Agulhas furam o ciclo do lixo

O sucesso do trabalho realizado na Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo do Caju depende da resolução de um problema do tamanho de uma agulha. Este aparentemente insignificante material está "furando" o sistema de reciclagem do lixo e ameaça inviabilizar as finanças da usina. As agulhas descartáveis chegam ao Caju no meio do lixo produzido por hospitais, clínicas e centenas de laboratórios espalhados pela cidade. E não foi desenvolvido qualquer método que garanta a sua eliminação pela usina. O grande medo dos técnicos é que se gere um preconceito contra o seu principal produto - o Fertilurb. O adubo orgânico, que começa a ser vendido para agricultores de cidades vizinhas à capital, terá sua possibilidade de comercialização ferida de morte logo que os primeiros trabalhadores rurais se espetarem e descobrirem as agulhas.

Para tentar amenizar o problema, a Comlurb vem intensificando a coleta dife-

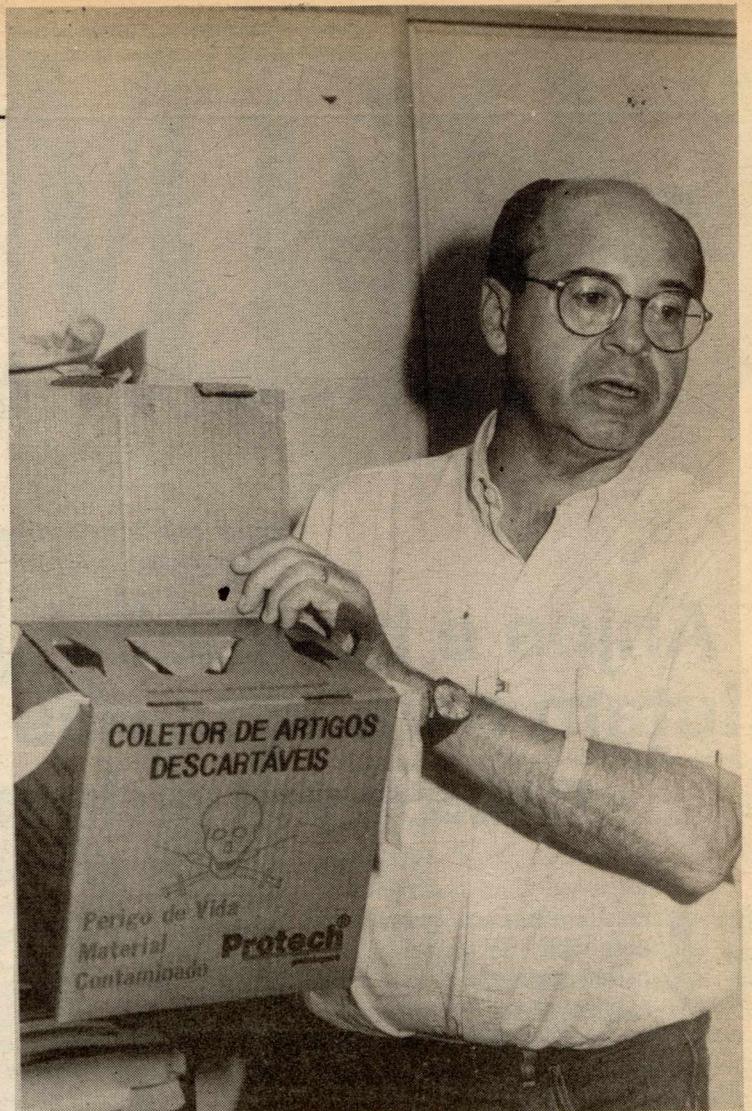
renciada de lixo hospitalar em hospitais e farmácias, das chamadas áreas de influência da usina - Centro, Santa Teresa, Rio Comprido, Catumbi, Tijuca, Vila Isabel, Grajaú e São Cristóvão - que em semanas deverá se estender a toda a Zona Sul e parte da Zona Oeste. Mesmo assim, ficam descobertas todas as clínicas, laboratórios de análises e consultórios dentários da cidade, o que causa bastante preocupação ao diretor industrial da Comlurb, José Paulo Pinto Teixeira.

"Apesar de todo o material orgânico que chega à usina ficar acondicionado em biodigestores com temperaturas acima de 60 graus, para os agricultores encontrar uma agulha misturada ao adubo é motivo de pânico e desconfiança sobre a qualidade do produto", explicou José Paulo, que tem visitado todos os Conselhos Regionais ligados à área médica - o primeiro foi o Conselho Regional de Medicina - buscando apoio destas entidades para que a campanha seja ampliada a estes locais.

Cada laboratório, clínica e consultório médico ou dentário será notificado pela Comlurb, que será responsável por recolher o lixo hospitalar. A única recomendação é que este lixo não seja misturado aos demais, e para isto foi criada uma caixa coletora - que custa no máximo Cr\$ 6 mil - onde o material fica protegido de todos os outros e sem risco de vazar.

"Cada caixa pode ficar até uma semana sendo utilizada pelos médicos, dependendo, é claro, da clientela", observou José Paulo, que sugeriu que, depois de utilizadas, elas sejam deixadas com os porteiros, no dia da coleta. O destino final do lixo hospitalar serão as fossas sépticas, existentes no aterro sanitário do Caju.

Mas enquanto a campanha não toma os rumos desejados pelo diretor industrial da Comlurb, o lixo orgânico existente na usina continua sendo diariamente revolvido, na procura de novas agulhas e seringas. Mostras do material também são levadas para o departamento de controle de qualidade da Comlurb, para



verificar se houve contaminação do lixo. Para José Paulo Teixeira, falta educação dos cidadãos para a coleta diferenciada de lixo, o que facilitaria ainda mais a limpeza das cidades. Por conta disso, a Comlurb está divulgando os procedimentos que os profissionais da área médica devem seguir para colaborar com a cidade. O que se deseja é evitar que a nova usina de reciclagem do Rio, que será inaugurada em setembro, no bairro de Jacarepaguá, enfrente os mesmos problemas.

José Paulo Pinto Teixeira

afastou, contudo, a possibilidade de veicular campanhas na grande imprensa sobre o assunto. A Comlurb pede apenas que os médicos sigam três mandamentos básicos: armazenar, separadamente, as agulhas, lâminas e outros materiais pontiagudos e cortantes usados; encaminhar esse material para a área de armazenagem do edifício; colaborar na orientação aos zeladores e porteiros, para que esse material seja acondicionado separadamente para efeito de coleta da Comlurb.

NOVOS MÉDICOS

No último dia 3 de julho, o auditório do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro recebeu uma nova turma de médicos para a solenidade de entrega do diploma, do CRM e também do Código de Ética Médica, que compõem o kit, entregue aos formandos. Veja a seguir a relação de novos médicos do mês de julho:

Ércles da Cruz Freire - CRM 52 55623-3; Elinásio Pericles Miranda Correa - CRM 52 55624-0; Flávio Cipoli Viegas - CRM 52 55363-1; Wagner Teixeira - CRM 52 55368-3; Rossana Freire Marinho Sales - CRM 52 55473-1; Fernando Antônio Alves da Silveira - CRM 52 55476-0; Nancy de Andrade Macedo - CRM 52

55600-3; Eny da Costa Nogueira Alves Junior - CRM 52 55601-0; Adriana Zanini de Almeida - CRM 52 55602-6; Paulo Cesar de Souza Peixoto - CRM 52 55603-2; Egas Caparelli Moniz de Aragão Dáquer - CRM 52 55613-8; Paulo Henrique Rodrigues Pires da Luz - CRM 52 55614-4; Fernando Ferreira de Freitas - CRM 52 55615-0; Afonso Alves Vieira Junior - CRM 52 55617-3; Carlos Alberto do Val - CRM 52 55618-0; Henrique Dornbusch de Campos - CRM 52 55619-6; Therezinha Mansur - CRM 52 55620-4; Patrícia Soutto Mayor Quaresma - CRM 52 55622-7; Teresa Maria Linhares de Almeida - CRM 52 55586-0; Márcio Vieira da Cunha - CRM 52 55588-3; Andrea da Costa Veloso - CRM 52 55589-0;

Rosemeiry Tereza Marçal - CRM 52 55590-8; Ana Paula Lavigne Sáfiadi - CRM 52 55591-4; Cláudia Rocha Menezes - CRM 52 55592-0; Cristina Arruda Gonçalves - CRM 52 55593-7; Rildo Guilherme de Oliveira Gomes - CRM 52 55594-3; Ronaldo Maia Ribeiro - CRM 52 55595-0; Faraday Sousa Neves - CRM 52 55596-6; Tarcísio Pinho Ohde - CRM 52 55597-2; Antônio Vicente Jordano - CRM 52 55570-7; Luiz Pedro Rogedo Fragomeni - CRM 52 55571-3; Laudival Colodetti Junior - CRM 52 55572-0; Mônica de Araujo Moretzsohn - CRM 52 55573-6; Leila Alexandrino Areal - CRM 52 55575-9; Kátia Maria Marócco - CRM 52 55576-5; Eliane Alencar do Nascimento Feitosa - CRM 52 55577-1; Maria

Inês Garcia Baptista - CRM 52 55578-8; Lenadro Beltrão Salgado - CRM 52 55579-4; Carla Beatriz Bastos Pereira - CRM 52 55582-5; Amélia Raquel Neves de Noronha - CRM 52 55583-1; Adriano Bertoni Frasson - CRM 52 55551-2; José Luis de Andrade Silva - CRM 52 55554-1; Ben Hur Amado Elias - CRM 52 55555-8; Katia Regina da Silva Couto - CRM 52 55556-4; Fernando Duarte Lopes Moreira - CRM 52 55559-3; Paulete Yuri Nukariya - CRM 52 55561-8; Jacqueline Câmara de Barros Carneiro Ribeiro - CRM 52 55564-7; Carlos Augusto Cestari Mancini - CRM 52 55565-3; Patrícia Ramalho Pinto Ferreira - CRM 52 55566-0; Sérgio Henrique Magalhães Saraiva - CRM 52 55567-6; Susa-

na Lopes Rodrigues - CRM 52 55568-2; Márcia Elizabete Lopes Pereira - CRM 52 55569-9; Elizabeth Maria Mercer Mourão - CRM 52 55538-6; Cléria Maria Calheiros da Silva - CRM 52 55539-2; Margareth Mario Zidan - CRM 52 55541-7; Denise Dias Scanduzzi - CRM 52 55542-3; Elsa Mithiko Hara - CRM 52 55543-0; Olga Abrão Vieira - CRM 52 55544-6; Eliane Mesquita Laranja - CRM 52 55545-2; Maria Isabel Ortega Terra - CRM 52 55546-9; Maria Raquel Pardo Lucas - CRM 52 55547-5; Margareth Nogueira Bezerra - CRM 52 55548-1; Marcello Freire Alves de Souza - CRM 52 55549-8; Cristiane de Oliveira Rangel - CRM 52 55550-6.

SERVIÇO

Anjos e bombeiros lutam pela vida nas ruas e estradas

Um atendimento pré-hospitalar, de primeira qualidade, em via pública, para vítimas de acidentes traumáticos não é apenas uma realidade do Primeiro Mundo. No Rio de Janeiro, duas corporações prestam este serviço e contam com os mais modernos equipamentos para uma assistência médica de urgência, desde o socorro básico ao mais avançado, seguindo os padrões mundialmente aceitos. O Grupo de Socorro de Emergência do Corpo de Bombeiros e a Fundação Anjos do Asfalto são os responsáveis por todo este trabalho e já conseguiram diminuir em mais de 20% o número de mortes em acidentes de trânsito, isto porque dispõem de ambulâncias de tratamento intensivo que atendem as vítimas no local do acidente, conduzindo com segurança e tratamento adequado aos hospitais de emergência.

A partir daí, o acidentado começa a correr risco de vida. Quando chega aos hospitais, encontra um péssimo atendimento, profissionais ganhando pouco, centros cirúrgicos mal aparelhados e falta de medicamentos. Este problema, infelizmente, não pode ser resolvido

pelas corporações sérias que prestam atendimento pré-hospitalar. Ainda assim, os Anjos do Asfalto, que pelo projeto deveriam trabalhar somente ao longo da Rodovia Presidente Dutra, ainda acompanham a vítima nas primeiras 24 horas que chegam aos hospitais. Um cuidado que conseguiu diminuir em 18% o número de mortes nessas primeiras horas. "Quando começamos a trabalhar na Via Dutra, fizemos um levantamento das condições de todos os hospitais situados no trecho entre Rio e São Paulo. Como não temos pressa em remover a vítima, pois existe terapia intensiva com todos os recursos dentro das ambulâncias, procuramos levar o paciente para o hospital certo", diz o diretor médico da Fundação Anjos do Asfalto, Jan Guilherme de Aguiar. E acrescenta: "não adianta pegar um paciente politraumatizado grave, com lesão cerebral, e levar para um hospital que não tem neurocirurgia".

Há cinco anos atuando principalmente no trecho urbano, o Grupo de Socorro de Emergência do Corpo de Bombeiros tem uma história parecida. O GSE já atendeu a mais de 120 mil pessoas. Desse total, 40% são vítimas de



acidentes de trânsito, o que demonstra a necessidade de investimentos na segurança e educação do trânsito. Do mesmo modo que os "Anjos do Asfalto", os "vermelhinhos", como foram carinhosamente apelidados, também acabam extrapolando suas funções, cobrindo muitas vezes as deficiências dos hospitais públicos. Atualmente, o GSE dispõe de 25 subseções de emergência, distribuídas pelos quartéis, que funcionam com um médico e dois enfermeiros, e uma subseção de apoio aéreo (localizado no heliporto da Lagoa) com um helicóptero aeromédico para socorro em áreas de difícil acesso e no transporte mais rápido de pacientes com lesões de maior gravidade. A fim de manter a qualidade do serviço, o GSE mantém os funcionários da corporação em atividades didáticas permanentes. Uma política que permite que seja automática a

reciclagem e aquisição de novos conhecimentos em assistência médica pré-hospitalar, principalmente no manuseio de novos equipamentos.

O serviço filantrópico prestado pelos Anjos do Asfalto aos motoristas menos cuidadosos que passam pela Via Dutra valeu ao grupo o reconhecimento do Governo Federal. Com isso, tornaram-se Fundação e podem receber verbas e doações de empresários, que serão descontados em imposto de renda. Atualmente, a Fundação consegue dinheiro explorando painéis de propaganda ao longo da rodovia. São ao todo 110 painéis que, além de anunciar produtos, trazem uma mensagem de educação no trânsito. Os anunciantes são diversas empresas que veiculam a sua imagem com o trabalho executado pelos Anjos do Asfalto, entre elas a Telerj, Light, Banerj, Esso, Eat Check, Golden Cross e

Amil. "Uma maneira da iniciativa privada prestar um serviço à população sem nenhum ônus para o Poder Público e para a própria vítima", assegurou o diretor médico dos Anjos do Asfalto, Maurício da Costa Bruzzi.

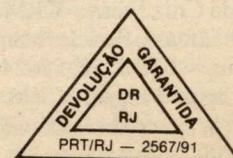
Os postos dos Anjos do Asfalto são distribuídos de 50 em 50 quilômetros. Os trailers - verde e branco nos limites do Rio de Janeiro e vermelho e branco nos limites de São Paulo - possuem cozinhas, banheiro, quartos e todo conforto para que a equipe possa dar plantão dignamente. Além disso, o posto dispõe de uma ambulância UTI - que é um projeto próprio e única no mundo com disposição e terapia intensiva para quatro pacientes - e um carro resgate - com bomba injetora, reservatório de 600 litros de água, serras, material para incêndio e um bote. O grupo que trabalha nos postos é formado por médicos, paramédicos, auxiliares de enfermagem e especialistas em resgate, dando preferência a médicos anestesistas e pessoal voltado para atendimento de emergência, para qualquer eventualidade cirúrgica.

Os fundadores dos Anjos do Asfalto não poupam modéstia para dizer que se sentem orgulhosos com alguns resultados. Em 1989, ocorreram 19 mil acidentes na Via Dutra com mil mortes. Já em 1990, constatou-se uma diminuição da mortalidade em 22% e o índice de seqüelas pelo transporte malfeito caiu em 18%. A comparação entre estatísticas dos serviços comuns e dos "Anjos do Asfalto" deixa ainda mais claro as vantagens dos "anjos". Segundo o Ministério da Saúde a mortalidade do politraumatizado grave, do transporte do local do acidente ao hospital, é de 70%, quando atendido pelo socorro tradicional, enquanto os números dos "Anjos do Asfalto" não superam o patamar dos 0,4%. Na verdade, praticamente ninguém morre dentro das ambulâncias da Fundação. O segredo: bons equipamentos no socorro à vítima e pessoal bem treinado.

Jornal do CREMERJ

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Pça. Mahatma Gandhi, 2 - Grupo 1.001 - Centro - CEP 20018 - RJ - Tel.: 210-3216

PORTE PAGO
DR/RJ
PRT/RJ - 2257/90



IMPRESSO